



GESTÃO DO CONHECIMENTO E SUA PRÁTICA APLICADA NA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR.

Reinaldo Repinasi dos Santos¹
Vânia Luzia Tiedt Torres²
Letícia Fleig Dal Forno³

RESUMO

Este trabalho objetiva estabelecer relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Gestão do Conhecimento no que se refere às suas práticas. Desta forma será elaborada uma reflexão sobre as competências instituídas pela BNCC para a educação básica e quais práticas da Gestão do Conhecimento podem ser utilizadas no intuito de favorecer a aplicabilidade de tais competências. Quanto a metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza básica, realizada por meio de estudo bibliográfico e de abordagem qualitativa, com objetivo descritivo – exploratório com delineamento em estabelecer relação entre a BNC e as Práticas da Gestão do Conhecimento. Com a pesquisa de estudo bibliográfico e a análise das práticas de gestão do conhecimento e das competências descritas na BNCC tornou-se possível verificar que no contexto escolar a aplicação de ações que promovam compartilhamento, socialização e criação do conhecimento são estratégias para uma melhor atuação profissional quanto ao processo de ensino, e quanto a promoção de um ambiente colaborativo.

Palavras-chave: Práticas de Gestão do Conhecimento, Educação, Competências, Desenvolvimento pedagógico.

INTRODUÇÃO

O contexto educacional apresenta uma estrutura disciplinar que remete a um processo de aprendizagem vinculado a especificidade de cada conteúdo e relacionada à elaboração de conceitos a serem replicados e aplicados nas práticas profissionais (SENGE et al., 2005). Essa perspectiva remete a concepção de que as disciplinas ofertam ferramentas e técnicas para o desenvolvimento e aplicação de métodos que possibilitem o desenvolvimento das capacidades e das habilidades referentes às especificidades de cada disciplina, no seu singular (SENGE et al., 2005). Desse modo, aliados pelo conhecimento das políticas que apoiam a Educação junto às determinações constitucionais previstas no documento de 1988 em sua seção I – da

¹Mestrando do Programa de Pós Graduação Gestão do Conhecimento nas Organizações da Unicesumar, reinaldomestre2031@gmail.com;

²Mestranda do Programa de Pós Graduação Gestão do Conhecimento nas Organizações da Unicesumar, vaniatiedt@gmail.com;

³Doutora em Educação pela Universidade de Lisboa, Docente do Programa de Pós Graduação em Gestão do Conhecimento nas organizações, Bolsista Pesquisadora do ICETI- Unicesumar, leticia.forno@docentes.unicesumar.edu.br



Educação no artigo 205 (BRASIL, 1988), justifica-se a importância deste trabalho pelo levantamento de uma discussão que seja capaz de provocar o entendimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018) aliado à sua contextualização à Gestão do Conhecimento (GC) de forma geral, bem como no espaço escolar.

A GC por apresentar característica interdisciplinar, considera o conhecimento enquanto uma unidade de análise comum a um grupo, não se limitando apenas a um indivíduo ou organização especificamente, mas sim apresentando a dinâmica que existe na troca e no movimento da informação (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Assim, a GC tem por objetivo apoiar a geração de novos conhecimentos, de forma que possa ser o resultado do processamento de uma informação contextualizada, bem como, reconhecida e integrada a um conceito (CHENG, 2013).

Portanto, este trabalho tem como objetivo estabelecer relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Gestão do Conhecimento (GC) no tocante às suas práticas. Assim, realizar-se-á a reflexão sobre as competências instituídas pela BNCC para a educação básica e quais práticas da Gestão do Conhecimento podem ser utilizadas no intuito de favorecer a aplicabilidade de tais competências. Para a consolidação dessa proposta, este estudo delimita a seguinte problematização: qual a relação entre a proposta da BNCC e as Práticas de Gestão do Conhecimento voltadas à Educação?

Nesse sentido, esta pesquisa se destaca com cunho social, uma vez que sua publicação colocará em contato o meio educacional e a população que desprende interesse por este tema, provocando processos de reflexão e de mudanças de hábitos que possam ser significativos, respectivamente, à busca por um fazer pedagógico pautado nestas duas vertentes discutidas.

A pesquisa também se justifica por oportunizar ao pesquisador a reflexão sobre sua atuação e métodos adotados em sala de aula, pois em situação de trabalho a fim de uma atividade docente que possa alcançar a todos os alunos atendidos, de forma a oportunizá-los um contexto sistêmico mais qualitativo e voltado à superação das dificuldades de gestão, reafirmando, assim, seu compromisso com a Educação.

Além desta introdução, apresentar-se-á o referencial teórico que tratará sobre a BNCC e a Gestão do Conhecimento, metodologia, resultados e discussões acerca da pesquisa e considerações finais.

METODOLOGIA



Trata-se de uma pesquisa de natureza básica que objetiva o avanço do conhecimento científico sem a necessidade de aplicabilidade imediata (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Realizada por meio de estudo bibliográfico e abordagem qualitativa, com objetivo descritivo - exploratório, caracterizados pelo propósito de considerar uma possibilidade de relação entre os objetos da pesquisa (CRESWELL, 2009). Pode-se identificar que essa modalidade de pesquisa é prospectiva e com delineamento em estabelecer relação entre a BNCC e as Práticas da Gestão do Conhecimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção será discorrido sobre a legislação que fundamenta a BNCC, suas proposições de conteúdos integrantes nos currículos, a aplicação das competências e das habilidades para o desenvolvimento educacional dos aprendizes. Também discorrer-se-á sobre a Gestão do Conhecimento no âmbito escolar.

A BNCC E SUA PROPOSTA PARA O SISTEMA DE ENSINO NA ATUALIDADE

Ao tratar sobre a proposta desenvolvida para o sistema de ensino brasileiro ante a BNCC, é preciso fazer uma retomada histórica para entender seu processo de organização. A reestruturação dos currículos educacionais fora fomentada na Constituição Federal de 1988, prevendo que fossem fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, a fim de não tolher a formação básica comum, respeitando os valores culturais e artísticos, nacionais e regionais de todo país (BRASIL, 1988).

A BNCC teve seu processo de inicialização no ano de 2015, a partir da publicação da Portaria 592 do Ministério da Educação, definindo os sujeitos da elaboração deste documento, sendo professores atuantes desde o ensino superior à educação básica.

Moreno (2016, p. 10), enfatiza que:

O projeto de uma Base Nacional aglutinou uma série de interesses difusos. Houve o envolvimento intenso da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) e do CONSED, o Conselho Nacional de Secretários de Educação. Para as discussões também foi convidada a Conferência Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE). Um aporte significativo, contudo, foi dado pela criação do Movimento pela Base Nacional Comum da Educação em abril de 2013, a partir do “Seminário Internacional Liderando Reformas Educacionais”. O Movimento pela Base foi formado por fundações e institutos mantidos pela iniciativa privada, ligados a ideais voltados à criatividade, tecnologia, empreendedorismo e,



pele menos no âmbito do discurso, da educação como ciência aplicada mais do que como práxis política.

A solicitação e demanda para que os currículos educacionais fossem compostos por uma base comum em caráter nacional, insurge pela década de 80. Menciona-se o artigo 210 da Constituição de 1988 tratando que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, s/p).

Identifica-se, também, a descrição apresentada em outro documento de referência das ações educacionais no território brasileiro, que é a Lei 9394/96 a Lei de Diretrizes e Base Nacional da Educação -LDB- (BRASIL, 1996). Neste documento apresenta-se que

Artigo 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996, s/p)

Assim, torna-se possível compreender que a proposta de uma base curricular comum ao território nacional foi se desenhando no caminho histórico dos documentos educacionais entre a década de 90 até 2010. Identifica-se, ainda, a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997), e as Diretrizes Curriculares (2013). Logo em 2014, o documento intitulado *Por uma política curricular para educação básica: contribuição ao debate da base nacional comum a partir do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento* (BRASIL, 2014), apresenta em três partes essa padronização de uma base comum. As três partes deste documento se designam em (BRASIL, 2014):

I – As diretrizes curriculares nacionais para a Educação Básica: subsídios para a elaboração da base nacional;

II – Direito à aprendizagem e ao desenvolvimento na Educação Básica;

III – A contribuição das áreas do conhecimento na realização do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento, considerações finais e referências.

Com o intuito de garantir a aplicação de conteúdos mínimos, em uma perspectiva padronizada para todo o território brasileiro, designou-se à União juntamente com o Distrito Federal e os municípios esta responsabilidade e parceria. O intuito cerceava o ideal de um sistema de ensino que se traduziria em um caráter comum a todos os alunos, por meio da Lei n.º 9.394/1996 (BRASIL, 1996).



Em consonância com a LDB (BRASIL, 1996) e com a Constituição Federal (BRASIL, 1988), nasceram os PCN's, que visavam atender a organização do ensino (BRASIL, 1997). Porém, apesar da sua obrigatoriedade de implantação, na prática, a realidade brasileira ainda estava muito longe da prevista na legislação, o que levou as Diretrizes Curriculares Nacionais serem o alicerce para BNCC, conforme é apresentado pelo próprio Ministério da Educação, em sua página oficial (BRASIL, 2018).

A BNCC propõe conteúdos previstos nos currículos, de modo que estejam à serviço da aplicação das competências e habilidades necessárias para formação do sujeito para o século XXI, indo ao encontro daquilo que se configura como competência: a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), desenvoltura hábil capazes de sanar situações da rotina diária, onde ser competente é ser capaz de, ao se defrontar com um problema, utilizar o conhecimento construído (BRASIL, 2018). Todavia, corrobora-se que competência, no tocante à BNCC, é um movimento contínuo para culminar na aplicabilidade dos conhecimentos escolares (BRASIL, 2018). O texto apresentado na BNCC (BRASIL, 2018) evidencia a concepção de que esta é um documento norteador que tem como objetivo proporcionar mudanças e normatizações na educação básica a nível de território brasileiro:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2018, p.7)

Assim, é possível compreender que a estruturação do documento foi realizada no intento de padronizar o reconhecimento de conteúdos, estratégias e competências comuns no currículo, assegurando o direito e a qualidade na educação básica em todo território nacional.

Cumprindo com o objetivo de se estabelecer esta padronização em face às competências, explicita-se como elas se dispõem na BNCC. Foram elaboradas as 10 competências, que tem o intuito de valorizar o conhecimento histórico cultural no âmbito mundial, instigar a curiosidade artística, propor o aprendizado de diferentes linguagens, conhecer as tecnologias e seus usos em benefício da aquisição de conhecimento, compreender a importância da saúde física e mental, bem como a vida em sociedade (BRASIL, 2018). O quadro1 abaixo evidencia cada uma destas competências.



Quadro 1- Competências

- 1- Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2- Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
- 3- Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
- 4- Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artísticas, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
- 5- Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
- 6- Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
- 7- Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
- 8- Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
- 9- Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
- 10- Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Fonte: Brasil (2018, p. 9-10)

Ao adotar esse enfoque, a BNCC sinaliza que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências por meio da indicação explícita do que os alunos devem „saber“, considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Pondera-se a importância daquilo que devem „saber fazer“, considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas



complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho (BRASIL, 2018).

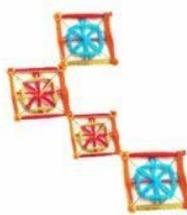
No tocante às Habilidades, a partir do disposto na BNCC, se delimita também pelas aprendizagens essenciais, e esta por sua vez, não pode deixar de ser assegurada aos educandos nos diversos contextos da escola, além de ser considerada sob as perspectivas da continuidade das aprendizagens ao longo da vida escolar (BRASIL, 2018). Neste sentido, é possível reconhecer que a BNCC não é um documento iniciado sem os princípios das diretrizes da Educação do Brasil. Para tanto, passa-se a analisar a relação da Gestão do Conhecimento, e suas possíveis relações com a BNCC.

GESTÃO DO CONHECIMENTO NO ESPAÇO ESCOLAR

A GC é conhecida como um recurso estratégico com significativa relevância para as organizações, pois permite que as empresas criem, disseminem e utilizem conhecimentos para adquirir riquezas de maneira sustentável, gerando aprendizagem contínua para alcançar de modo abrangente os objetivos estratégicos da empresa. Assim, a GC detém características que proporcionam às organizações ferramentas, técnicas e recursos que garantam competitividade no mercado. Deste modo, o conhecimento é, na atualidade, um recurso fundamental para as organizações, e estas precisam reconhecer a importância do conhecimento (TERRA, 2009).

A terminologia Gestão do Conhecimento vem da tradução dos termos em inglês *Knowledge* e *Management*, utilizado por Davenport e Prusak (1998). E as transformações que o cenário mundial vivenciou nas últimas décadas nos processos de comunicação e tecnologia, permitiram que o conhecimento, na visão organizacional, se transformasse em um ativo valioso (ALARCOM, 2015). Este ativo valioso, é uma das características da Gestão do Conhecimento (GC).

Compreende-se o conhecimento a partir de práticas e informações contextualizadas que estruturam uma base para incorporar novas experiências (DAVENPORT; PRUSAK, 1998). Neste contexto, a GC passa pela compreensão das características e demandas do ambiente competitivo e pelo entendimento das necessidades individuais e coletivas associados aos processos de criação e aprendizagem (TERRA, 2005). No âmbito escolar a GC parece ser utilizada informalmente, o que faz com que as instituições de ensino possam ter perdas na agilidade, na tomada de decisão e no compartilhamento do conhecimento, o que representa um desafio a ser superado pelos gestores educacionais (ALARCOM, 2015). O processo de



verificação e análise das organizações pela perspectiva da GC também deram lugar a verificação e análise dos desafios constantes no cenário educacional (ALARCON 2015).

De acordo com Cheng e Lee (2016, p.559), “o capital intelectual é um recurso intangível e vêm de relações entre a escola e as suas partes interessadas, desde a capacidade da escola para inovar e gerir a mudança, desde a sua infraestrutura e do conhecimento e experiência e competências transferíveis do seu pessoal”. Neste sentido, cabe ressaltar que o ambiente escolar se revela como o local mais propício para que ocorra o desenvolvimento do capital intelectual, culminando na aprendizagem significativa dos estudantes, no que tange à aquisição de competências e habilidades.

Desta forma, é necessário considerar a importância de se construir uma escola que aprenda e que forme alunos cidadãos para a sociedade, conseguindo assim se adotar uma cultura aprendente, em que se estabeleça uma relação entre os conhecimentos dos alunos e suas necessidades, para se alcançar realmente uma aprendizagem significativa (SENGE et al., 2005). Neste sentido, a aplicação de práticas de GC no ambiente escolar pode ser utilizada como uma ferramenta necessária para auxiliar no trabalho dos docentes buscando desenvolver práticas, processos e políticas que contribuam com a construção de saber, propicie conhecimentos significativos e resultem em melhora no ensino (CHENG; LEE, 2016)

Com relação às Práticas de Gestão do Conhecimento (PGC's), Batista (2006) as define como práticas de gestão organizacional, direcionadas para a produção, retenção, disseminação, compartilhamento e aplicação do conhecimento dentro das organizações. Assim como na relação dessas com o mundo exterior. Isto envolve a captura, absorção e retroalimentação de todo o conhecimento que possa promover o desenvolvimento organizacional.

Para tanto, as PGC's deverão estar alinhadas essencialmente com a missão, a visão de futuro e as estratégias da organização (ALARCOM, 2015). No âmbito desta pesquisa, houve a proposição de relacionar as PGC's às habilidades propostas pela BNCC, no intuito de demonstrar que a Gestão do Conhecimento tem muito a contribuir no que se refere a educação. Dentre as várias práticas pesquisadas, delimitou-se aqui apenas as ações que podem auxiliar no melhor desenvolvimento das habilidades, tais como: café do conhecimento, captura de ideias, comunidades de prática, espaço presencial colaborativo, lições aprendidas e narrativa.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise e verificação das práticas elencadas, infere-se na Tabela 1 a correlação direta entre as PGC's (café do conhecimento, captura de ideias, comunidades de prática, espaço presencial colaborativo, lições aprendidas e narrativa) e a GC, como um delineamento da BNCC à educação básica.

Destaca-se previamente que a descrição de cada uma das PGC's foi analisada e descrita conforme a *Asian Productivity Organization* (APO, 2010). E refletem uma aproximação da concepção e função de cada uma das práticas destacadas. As competências apresentadas na quarta coluna da Tabela 1 são referenciadas na BNCC (BRASIL, 2018) e no Quadro 1- Competências apresentado anteriormente neste estudo.

Tabela 1- Correlação entre as PGC's e as competências propostas pela BNCC.

Práticas da Gestão do Conhecimento	Descrição da PGC's	Classificação	Competências para educação básica segundo BNCC
NARRATIVA	Prática utilizada para compartilhar experiências e lições aprendidas, por meio de relatos e eventos que consistem em literalmente contar histórias de forma simples utilizando palavras e imagens.	Compartilhamento do conhecimento	Competências nº 1, 6, 7, 9
CAPTURA DE IDEIAS	Conjunto de processo para coletar, classificar, recuperar, armazenar e compartilhar o conhecimento nas atividades diárias da organização.	Criação do conhecimento	Competência nº 2,
LIÇÕES APRENDIDAS	Técnica para capturar lições aprendidas, após a conclusão de um projeto. Permite que os membros da equipe possam descobrir o que aconteceu, porque aconteceu e como manter e melhorar os pontos fortes e fracos.	Criação, armazenamento e compartilhamento do conhecimento	Competência nº3
ESPAÇO PRESENCIAL COLABORATIVO	Prática utilizada na organização para o trabalho colaborativo em equipe na prototipagem e design de produtos e processos, incentivando a experimentação e testando ideias.	Criação, compartilhamento e aplicação do conhecimento	Competências nº 4, 5
COMUNIDADES DE PRÁTICA (CoPs)	Grupos de pessoas que compartilham uma preocupação ou um sentimento por algo que fazem e aprendem. No contexto da Gestão do Conhecimento, as	Identificação, criação, armazenamento, compartilhamento e aplicação do	Competências nº 7, 10



	CoPs são formadas intencionalmente ou de forma espontânea para compartilhar e criar habilidades comuns, conhecimento e experiência entre os participantes.	conhecimento	
CAFÉ DO CONHECIMENTO	Discussão em grupo, para refletir, desenvolver e compartilhar, pensamentos e ideias que vão surgindo, de uma forma muito não conflituosa.	Identificação, criação, armazenamento, compartilhamento e aplicação do conhecimento	Competência nº 8

Fonte: Os autores

De acordo com a análise evidenciada na Tabela 1 apresentada acima, identificam-se que as PGC's postas para esta discussão de alinhamento entre BNCC e GC, podem ser aplicadas a mais de uma competência. Vale ressaltar o contexto e os objetivos a serem alcançados pela organização escolar, são de fundamental importância para a exequibilidade destas PGC's. Para Machado (2017) e Machado, Urpia e Dal Forno (2019) associar as práticas de GC ao contexto educacional pode promover práticas pedagógicas que sejam transformadas para a gestão escolar, e também, para a promoção de uma aquisição de conhecimento em perspectiva de promover uma educação de qualidade (CHENG; LEE, 2016; SENGE et al., 2005).

Diante destas descrições, e da construção da Tabela 1, evidencia-se que aproximar as PGC's ao contexto escolar, e associar as classificações como compartilhamento do conhecimento; criação do conhecimento; criação, armazenamento e compartilhamento do conhecimento; criação, compartilhamento e aplicação do conhecimento; e identificação, criação, armazenamento, compartilhamento e aplicação do conhecimento, pode-se projetar estratégias pedagógicas condizentes com as competências descritas na BNCC (BRASIL, 2018). Neste sentido este trabalho aborda as relações entre a GC e a BNCC, bem como evidência para que profissionais da educação possam transformar algumas estratégias e metodologias de ensino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo estabelecer relação entre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a Gestão do Conhecimento no tocante às suas práticas. Assim, foi possível realizar uma reflexão sobre as competências instituídas pela BNCC para a educação



básica e quais práticas da Gestão do Conhecimento podem ser utilizadas no intuito de favorecer a aplicabilidade de tais competências.

A relação estabelecida entre a BNCC e as PGC's é que cada vez mais o profissional da educação precisa reconhecer estratégias que sejam promotoras de um processo de ensino voltado para o compartilhamento, a troca, a socialização do conhecimento, de modo que o aprendiz reconheça seu papel para a sua aprendizagem. Assim como, para que a organização escolar promova momentos, espaços e situações que possibilitem aos profissionais da educação a compartilharem, socializarem e estudarem entre pares suas experiências profissionais, suas estratégias de ensino e as abordagens pedagógicas, reconhecendo boas práticas e identificando que atuam em um ambiente colaborativo.

Nesse sentido, esta pesquisa se destaca com cunho social, uma vez que sua publicação colocará em contato o meio educacional e a população que desprende interesse por este tema, provocando processos de reflexão e de mudanças de hábitos que possam ser significativos, respectivamente, à busca por um fazer pedagógico pautado nestas duas vertentes discutidas.

REFERÊNCIAS

ALARCON, D. F.; **Diretrizes para práticas de gestão do conhecimento na educação a distância**. Florianópolis: Pimenta Cultural, 2015.

ASIAN PRODUCTIVITY ORGANIZACION (APO). **Knowledge Management Tools and Techniques Manual**. Tokyo: APO, 2010.

BATISTA, F. F. O governo que aprende: implementando a gestão do conhecimento no Executivo Federal. In: *Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva*. São Paulo: Saraiva, p. 185-194, 2006.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : introdução aos parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997. 126p. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>> Acessado em: de setembro de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Brasília: Planalto Federal, 1996. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm > Acessado em 09 de agosto de 2020.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: ME, 2018. Disponível em< <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> > Acessado em: 09 de agosto de 2020.

CHENG, E. C. K. Enhancing School learning capacity by conducting knowledge management. **Social and Behavioral Sciences**, v. 93, p. 281-285, 2013.



CHENG, E. C. K; LEE, J. C. K. Knowledge Management Process for Creating School Intellectual Capital. **The Asia-Pacific Education Researcher**, v .25, n. 4, p. 559-566, 2016.

CRESWELL, J. W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed approaches**. London: Sage Publications, 2009.

Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p. ISBN: 978-857783-136-4. Disponível em:< http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acessado em: 01 de setembro de 2020.

DALKIR, K. **Knowledge Management in Theory and Practice**. Burlington: Elsevier, 2011.

DAVENPORT, T. H.; PRUSAK, L. Conhecimento empresarial: como as organizações gerenciam o seu capital intelectual. Rio de Janeiro: Campus, 1998

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (2009). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS.

MACHADO, C.P. Práticas de gestão do conhecimento de processos organizacionais no contexto escolar: proposta de um modelo teórico-conceitual. (Dissertação de Mestrado). Maringá: Unicesumar, 2017.

MACHADO, C.P.; URPIA, A.B.C.; DAL FORNO, L.F. Diagnóstico do nível de amplitude do alcance de práticas de gestão do conhecimento: Um survey em escolas públicas. **Revista de Gestão e Tecnologia NAVUS**, v. 9, n.1, p. 105-121, 2019.

SAMPIERRI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 1ª edição, 2013.

SENGE, P.; MACCABE, N.C.; TIMOTHY, L. **Escolas Que Aprendem: um guia da Quinta Disciplina para educadores, pais e todos que se interessam pela educação**. trad. Ronaldo Caltado Costa. – Porto Alegre: Artmed, 2005.

TERRA, J. C. C. **Gestão 2.0: Como integrar a colaboração e a participação em massa para o sucesso nos negócios**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.